



ANS

# ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: [geral@ans.pt](mailto:geral@ans.pt)

## COMUNICADO OUSAR VENCER...

N°: 16/01

Data: 21 JUN 01

A ANS - Associação Nacional de Sargentos foi hoje testemunha dum excepcional evento, perante o qual não pode, como é evidente, ficar alheia.

A grandiosa jornada levada hoje a efeito pelos Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, pelo seu significado, razões e repercussões, suscita por parte da ANS, e para que não subsistam quaisquer dúvidas sobre qual a sua posição relativamente a este assunto, as seguintes considerações:

1. A ANS, enquanto voz e cara dos sargentos de Portugal, tem vindo, duma forma racional, coerente e consequente, a denunciar diversas injustiças, situações anómalas, omissões, incorrecções e outras, referentes a diversas matérias sócio-profissionais, nomeadamente no âmbito do actual sistema retributivo, que já deveriam ter sido corrigidas, uma vez que estão reconhecidas, localizadas e devidamente consideradas como carecendo de resolução urgente e definitiva;
2. No âmbito daquilo que a ANS considera como desejável, relativamente ao seu relacionamento com os órgãos de decisão, nomeadamente o Ministério da Defesa Nacional, num quadro que se desejaria límpido e transparente, e com resultados visíveis, sempre se privilegiou o diálogo e a troca de informação, com vista a uma busca constante de soluções exequíveis, para além da mera dialéctica formal e protocolar;
3. A partir de certa altura deste processo, concluiu-se que grande parte das dificuldades de execução de qualquer directiva ministerial tendente a resolver os problemas de não cumprimento de todos os pressupostos contidos no espírito do DL 328/99, que passou a regulamentar o sistema retributivo dos militares, e que não foram devida e uniformemente interpretados quer pelo Ministério quer pelos ramos, tinham a ver com a incapacidade de execução financeira dessas correcções;
4. Entendeu-se então legítimo responsabilizar o Governo na pessoa do seu Primeiro Ministro pela ausência de instrumentos financeiros que colmatassem as dificuldades do Ministério e assim foram dirigidas a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, centenas, senão milhares de petições individuais, fazendo sentir ao mais alto responsável governamental a injustiça da manutenção das incorrecções apontadas;

5. Concomitantemente, e após um sem número de reuniões levadas a efeito por todo o país com os sargentos dos três ramos, para análise da situação, levou a ANS a efeito uma grande reunião, em Lisboa, com os Sargentos da área metropolitana da capital e mesmo de outras guarnições, onde foi evidente o clima de mal-estar, incomodidade, indignação e incompreensão pelo facto de não haver, por parte do Governo, a mínima reacção ou predisposição para a resolução dos problemas já por demais denunciados, quando, relativamente a outros quadros da administração pública, e nomeadamente àqueles com poder reivindicativo assegurado por lei, as soluções acabam por ser encontradas e aplicadas com respeito pelas justas pretensões dos seus agentes;
6. Esta dualidade de atitudes perante agentes da administração pública, que varia de acordo com o facto de se ter ou não capacidade reivindicativa e de se estar ou não sujeito a legislação restritiva dos direitos fundamentais, como é o caso dos militares, é de todo intolerável e não pode passar sem uma condenação muito frontal por parte dos sargentos de Portugal e da ANS;
7. É pois neste quadro que surgem, a nível nacional, e duma forma muito determinada, movimentações apelando a uma maior visibilidade da indignação contida dos Sargentos, consubstanciada num pacífico passeio pelas principais cidades do país, como forma de chamar a atenção para a gravidade da situação;
8. A ANS, enquanto expressão viva dos sentimentos, anseios e justas pretensões dos Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, não só compreende, como implicitamente está solidária com os Sargentos de Portugal neste difícil mas inequívoco momento de afirmação da sua integridade moral, cívica e militar - ou seja, enfrenta de rosto bem erguido as adversidades que a vida nos impõe - e nessa conformidade, estamos inequivocamente ao lado de todos os camaradas Sargentos, com a infinita confiança e reconhecimento do seu exemplar sentido do dever e da disciplina, mesmo nas situações mais adversas;
9. Por diversas vezes temos chamado a atenção de que não é vocação da ANS servir de almofada a quem quer que seja, muito menos à inoperância do Governo, mormente quando esta mesma inoperância configura a mais indescritível expressão de desrespeito e indiferença por quem sempre tem tentado, duma forma honesta e contributiva, construir um clima de cooperação e alternativa aos processos caducos, autocráticos e doentios de lidar com as matérias que, sendo do foro sócio-profissional, não podem ser tratadas como se segredos de estado se tratassem;
10. A ANS e os Sargentos em geral estão conscientes da complexidade económica que o país atravessa, e não queremos aqui e agora questionar as responsabilidades de quem quer que seja, para que se tenha chegado a tal ponto, ou mesmo se tal complexidade está ou não inflacionada, por conveniência deste ou daquele;

11. Temos a consciência tranquila, enquanto Sargentos e cidadãos, pois não pedimos o céu e a terra; não reivindicamos de momento nenhum novo sistema retributivo; tão só questionamos o modo incorrecto, incoerente e leviano com que o actual sistema foi implementado e o prejuízo que daí adveio para os Sargentos; o que sem dúvida exigimos é que sejam regularizadas as distorções até aqui continuamente ignoradas e então sim, que se crie o clima propício ao estudo de novas soluções para a continuação da revisão global do referido sistema retributivo, dentro do quadro económico possível e de acordo com as capacidades financeiras do estado, sem embarcar em propostas demagógicas e aventureiristas que em nada contribuem para um natural clima de consenso entre aquilo que é desejável e aquilo que verdadeiramente é possível;
12. Constatamos, no entanto, que a ideia de despesismo e esbanjamento de dinheiros públicos que se criou à volta das Forças Armadas, para além duma injustiça que pode ser facilmente desmentida pelos números disponíveis, é um argumento que serve à medida a quem não está interessado em atender com seriedade às justas aspirações dos militares;
13. Por outro lado, entende a ANS e os Sargentos em geral que a melhoria da sua qualidade de vida passa também e inexoravelmente pela consolidação das suas carreiras e dos reais mecanismos de progressão que até aqui não têm sido devidamente considerados; é importante deixar aqui bem vincado que a ANS comunga da opinião de que o alargamento de quadros, nomeadamente na Força Aérea, é uma medida imperiosa e que a não ser tomada em devido tempo vai aniquilar ainda mais as já ténues esperanças de sobrevivência condigna duma categoria que há anos vem agonizando num doentio clima de frustração e ausência de confiança na instituição;
14. Também consideramos importante aqui reafirmar que, se por um lado a relação da ANS com as chefias militares nem sempre tem conseguido um clima de sã complementaridade, facto que se deve a uma visão quiçá pouco confiante por parte das mesmas, é uma certeza a nossa voluntariedade para caminharmos para um outro estágio de entendimento, assim haja, por parte dos chefes militares, sinais evidentes de que consideram as associações como um elemento contributivo e não um corpo estranho e em competição com quem quer que seja;
15. Embora o momento seja de natural excitação, estamos, como sempre temos estado, serenos e confiantes; serenos porque é essa a nossa postura desde há muitos anos e confiantes porque temos na capacidade de perseverança e tenacidade dos nossos camaradas uma crença ilimitada; é um crédito do qual não abdicamos e com o qual sempre temos contado em horas boas e menos boas da nossa árdua caminhada;

16. Por último gostaríamos de deixar uma última consideração ao Governo e muito especialmente ao Senhor Primeiro Ministro: - jamais poderemos ser acusados de não tentarmos, a todo o custo, encontrar soluções de consenso e exequíveis para os problemas que continuamente apresentamos; sentimos, no entanto, que existe em relação às Forças Armadas uma grande indisponibilidade, por parte de certos sectores dos responsáveis governamentais, em aceitarem como justas as normais aspirações dum corpo especial que, mais do que qualquer outro, tem na sua inteira disponibilidade a sua imagem de marca e o rumo natural das suas preocupações profissionais e de cidadania;
  
17. Os militares compreendem muito mal esta eterna condição de menoridade e sentem que não a merecem; sentem que, em termos de despesa pública, não são seguramente responsáveis pelas derrapagens do orçamento e contrariamente àquilo que muitas vezes é inculcado na opinião pública, não têm visto aumentadas, em termos reais, as verbas que o país põe à sua disposição para o desempenho da missão que a nação lhes confia; sentem que, nem sempre o próprio Governo, assume o imperioso dever de defender as próprias Forças Armadas como um elemento maior do conceito de Defesa Nacional; sentem, finalmente que o País tem urgência de assumir, a todos os níveis as suas próprias Forças Armadas, ou então ter a coragem de as pôr em causa e daí tirar as consequências dificilmente previsíveis;